

MEC quer substituir sistema de leitura de braille nas escolas

Para o primeiro-vice-presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil, Moises Bauer Luiz, a substituição do braille é completamente inviável.

A possibilidade de o Ministério da Educação (MEC) substituir, nas instituições de ensino, o sistema braille de leitura para cegos e portadores de forte deficiência visual por computadores com programas específicos mobiliza entidades representativas dessa parcela da população. Esse será um dos pontos principais do documento final do Seminário Brasileiro em Comemoração ao Bicentenário de Nascimento de Louis Braille, criador do alfabeto para cegos. O documento vai ser encaminhado a autoridades do Legislativo e do Executivo. A proposta seria uma alternativa apresentada pelo MEC para regularizar a distribuição de livros didáticos em braille a cerca de 10 mil crianças cegas de escolas públicas. O primeiro-vice-presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), Moises Bauer Luiz, ressaltou que a substituição do braille por outro sistema é completamente inviável.

O encontro, promovido pela organização, reúne 300 pessoas e 70 instituições na Câmara dos Deputados e será encerrado após dois dias de debates. Entidades internacionais também participam do seminário, uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) para comemorar os 200 anos da criação desse sistema de leitura pelo francês Louis Braille, cego desde os 8 anos de idade. Sobre a iniciativa do MEC, Moises Bauer afirmou que a organização defende um sistema misto no qual se preserve o método tradicional para alfabetizar as crianças deficientes, aliando a incorporação de novos sistemas como os programas de informática próprios para cegos. “O sistema braille é fundamental para a formação educacional do cego, principalmente da 1ª à 4ª séries”, destacou o vice-presidente da ONCB. Quanto ao atraso na distribuição dos livros didáticos, a instituição questiona a iniciativa do MEC de cancelar a parceria com a Fundação Dorina Nowill, responsável pela confecção e distribuição dos livros didáticos juntamente com o Instituto Benjamin Constant. Segundo ele, a alternativa apresentada pelo ministério de reestruturar o sistema, com a capacitação dos estados para confeccionar e distribuir o material didático, levará pelo menos dois anos até ser implementada. “Até a semana passada não tinha saído sequer o edital de licitação para a compra de 554 impressoras que serão distribuídas aos estados e escolas capacitadas ao trabalho”, afirmou.